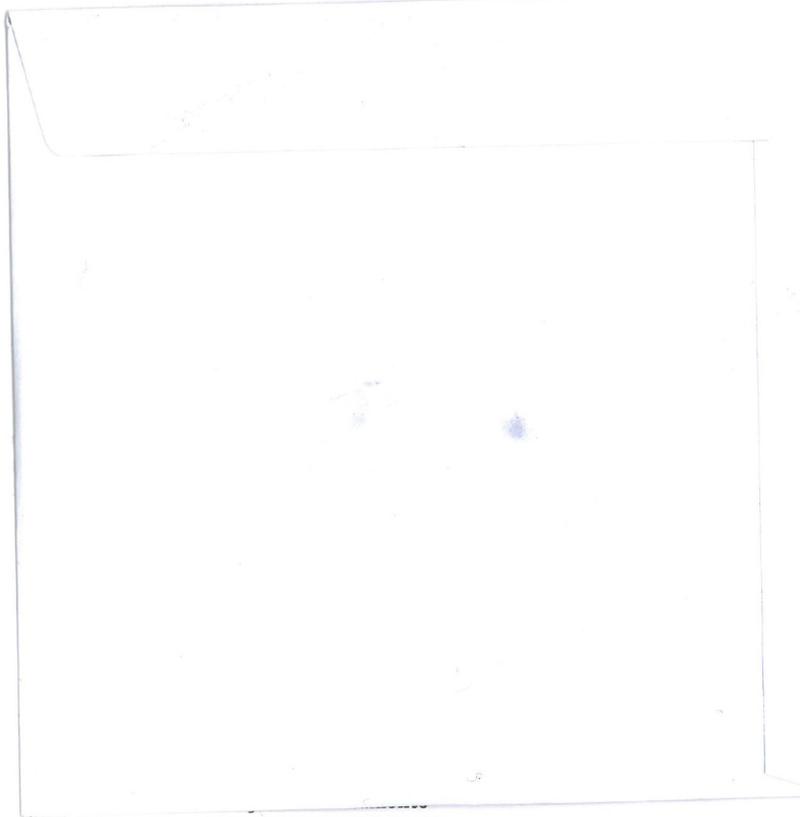


Margarida Calafate Ribeiro

# ÁFRICA NO FEMININO

## As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial



**Título:** África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial

**Autora:** Margarida Calafate Ribeiro

© 2007, Margarida Calafate Ribeiro e Edições Afrontamento

**Capa:** Departamento Gráfico das Edições Afrontamento, sobre imagem de Bartolomeu Cid dos Santos, «It's All in Your Head», acrílico sobre tela, colagem, 2003, Coleção de Mariana Oliveira e Pedro Borralho.

**Edição:** Edições Afrontamento, Lda. / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto  
[www.edicoesafrontamento.pt](http://www.edicoesafrontamento.pt) | [geral@edicoesafrontamento.pt](mailto:geral@edicoesafrontamento.pt)

**Colecção:** Textos/55

**N.º de edição:** 1089

**ISBN 13:** 978-972-36-0905-9

**Depósito legal:** 260845/07

**Impressão e acabamento:** Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira  
[geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

Junho de 2007

## I.

O imaginário histórico, político e cultural do Ocidente está dominado por um legado de violência e conflito. Só no século XX, assistimos a duas Guerras Mundiais, ao Holocausto, à Guerra Civil de Espanha, à Guerra do Vietname, às pouco narradas Guerras Coloniais europeias no Sul, seja na Ásia, seja em África, e à mais recente Guerra da ex-Jugoslávia. Guerras, massacres, genocídios, deportações, violações, violências. *Nunca mais* ou *Jamais poderemos esquecer* são as expressões que correntemente associamos a declarações públicas sobre estes eventos<sup>1</sup>. Contudo, a produção deste *jamais esquecer* tem diferentes expressões públicas e privadas, isto é, a produção da recordação e do esquecimento é diferente, dependendo ora da natureza dos acontecimentos, ora da geografia onde têm lugar os acontecimentos, ora da perspectiva pessoal ou da pública em que ela se constrói. O visível deste *jamais poderemos esquecer* está ligado a monumentos, leis, comemorações – que procuram ou impõem o consenso público sobre um passado comum traumático –, mas também à literatura, ao cinema, à historiografia, aos discursos pedagógicos, políticos ou dos média, isto é, a narrativas públicas; o invisível destas histórias liga-se a histórias de famílias construídas a partir de subjectividades e de objectos, como cartas, fotografias ou *souvenirs* que em conjunto providenciam o material de construção da memória familiar do acontecimento<sup>2</sup>.

---

(1) Refira-se a título de exemplo o célebre «Never again», de Kofi Annan, enquanto Secretário Geral das Nações Unidas, evocando os dez anos passados sobre o genocídio no Ruanda e a sua utilização e manipulação política na denúncia dos massacres em Darfur, no Sudão, praticamente na mesma altura.

(2) São bastantes os estudos que tratam desta questão sobretudo a partir dos anos 90. Reporto-me essencialmente ao clássico de Halbwachs, *Les cadres de la mémoire*, Paris: Albin Michel, 1994; Giorgio Agamben, *Quel che resta di Auschwitz. L'archivio e il testimone*, Torino: Bollati Boringhieri, 1998, e *Unclaimed Experience*.

A produção da memória pública de um acontecimento resulta da interacção comprometida entre aquilo que devemos recordar e aquilo que devemos esquecer. Desta interacção sai o consenso que estabelece o que *jamais poderemos esquecer*, sobre o qual se tece a memória pública. A produção do esquecimento público, ou seja, daquilo que devemos esquecer, resulta da interacção entre trauma, memória e imaginação. Assim sendo, o que é publicamente declarado como o que devemos esquecer passa a só ser possível de recordar na esfera do privado. Deste modo, o testemunho de quem viveu o acontecimento ergue-se como o local privilegiado para captar o dinamismo do conflito entre estas memórias, a seriedade e a gravidade da fractura por ele gerada e a relação dinâmica do acontecimento recordado com o presente.

Entre 1961 e 1974 Portugal manteve com as suas então colónias africanas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau uma longa Guerra Colonial não publicamente assumida. A memória desta guerra na sociedade portuguesa liga-se a três momentos históricos, particularmente marcantes e intimamente ligados: o final da ditadura salazarista, o 25 de Abril de 1974 e a descolonização. A grandeza destes acontecimentos na história contemporânea portuguesa, por um lado, e a quase inexistência de estudos da história colonial portuguesa, por outro, permitem que a Guerra Colonial seja vista como algo externo e não como algo de profundamente interno a Portugal e aos países africanos, entretanto independentes<sup>3</sup>. Assim, ela torna-se incompreensível, publicamente não recomendável de recordar, invisível, e portanto reservada aos grupos que são portadores da sua memória: os ex-combatentes e as suas famílias. Daí o seu sentimento de abandono, a sua solidão, a sua não manifestação pública de participação, o seu sentimento de estar na periferia da história. Mas daí também a sua necessidade de testemunho, produzido ao longo do tear de memória da guerra que a literatura, o cinema e a historiografia têm vindo a produzir, mas que no fundo prolongam esta ideia de apartamento da história ao contemplarem a guerra como um episódio pessoal ou geracional e não como uma etapa de uma longa história colonial de grande amplitude temporal. Até agora, estas manifestações artísticas – incluindo

*Trauma, Narrative, and History*, Baltimore e Londres: Johns Hopkins University Press, 1996; Anne Muxel, *Individu et mémoire familiale*, Paris: Nathan, 2002; Benjamim Stora, *La gangrène et l'oubli: la mémoire de la guerre d'Algérie*, Paris: La Découverte, 1992; Paul Antze, Michel Lembeck (orgs.), *Tense Past. Cultural Essays in Trauma and Memory*, Nova Iorque/Londres: Routledge, 1996; Roberto Vecchi, «Barbárie e Representação: O Silêncio da Testemunha», in Sandra J. Pesavento (org.), *Fronteiras do Milénio*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, pp. 71-94.

(3) Cf. a semelhança da situação relativamente à Guerra da Argélia na sociedade francesa, analisada por Benjamim Stora, em quem me inspirei, *La gangrène et l'oubli: la mémoire de la guerre d'Algérie*, Paris: La Découverte, 1992 e *Le transfert d'une mémoire, De l'«Algérie Française» au racisme antiarabe*, Paris: La Découverte, 1999. De forma diversa, mas igualmente interessante, em alguns passos da obra de Pascal Blanchard, Nicolas Bancel, Sandrine Lemaire (orgs.), *La fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage coloniale*, Paris: La Découverte, 2005.

aqui o monumento aos mortos do Ultramar e outros actos comemorativos – são quase exclusivamente um produto-reacção deste grupo titular dessa memória contra a falha da memória colectiva. No contexto específico português da memória da Guerra Colonial é manifesto que o valor político e social da memória privada e da memória colectiva não é coincidente, dado que a produção da recordação e a produção do esquecimento seguem diferentes caminhos e têm objectivos também diferentes.

Mas se hoje constatamos esta situação na passagem do testemunho da memória de geração em geração, ou seja, na passagem da memória à história, algo de muito semelhante acontecia nos tempos em que a guerra decorria. Este divórcio que hoje encontramos entre o que é a memória colectiva e a memória privada da Guerra Colonial prolonga um divórcio já havido nos tempos da guerra entre o discurso público sobre uma guerra silenciada e que oficialmente não existia e o conhecimento privado que dela tinham os portugueses mobilizados e as suas famílias. Daí a importância do testemunho tanto no momento em que o acontecimento em análise – a guerra – se processa, como depois da guerra. O texto produzido é portanto um testemunho do vivido para os seus leitores imediatos e para as gerações vindouras, satisfazendo aquilo a que podemos chamar o direito à memória e cumprindo o que Primo Levi chamou «o dever de memória»<sup>4</sup>, ao estabelecer um cúmplice compromisso entre quem conta – que assim cumpre a sua função de testemunha – e quem ouve – que assim toma conhecimento e não mais pode dizer que não sabia. Desta forma gera-se o pacto de responsabilidade partilhada inerente à funcionalidade do testemunho que é uma textualidade produzida contra o esquecimento e, por vezes, de grande valor performativo, seja no domínio privado do ajuste de contas, do reconhecimento e do terapêutico, seja no domínio político e social e, portanto, público.

Depois da guerra, o espaço de paz a que se espera regressar ficou para sempre perdido, mas a sociedade saída da guerra tentará imaginariamente voltar a essa vida anterior, esquecendo a guerra, como lucidamente antevê, em contexto de guerra, uma personagem de *Jornada de África*, de Manuel Alegre, Maldonado, o oficial rebelde do Exército português em África, falando ao protagonista do romance, Sebastião:

Não penses que alguém se interessa. [...] Vamos ser os grandes cornos deste tempo. Todos nos estão a pô-los, o que é que pensas, o Estado, a família, os amigos, quem vai querer saber o que se passou aqui. Ninguém vai pôr em causa os brandos costumes, os mortos serão esquecidos, nós próprios faremos por esquecer, mais tarde ninguém contará. [...] A guerra não existe, um dia vais ver que nunca existiu<sup>5</sup>.

(4) Utilizo a tradução portuguesa de Primo Levi, *O Dever de Memória*, Lisboa: Civilização/Contexto, 1997.

(5) Manuel Alegre, *Jornada de África*, Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 124.

Ou, já em tempo de regresso, o protagonista de *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes:

Porque camandro é que não se fala nisto? Começo a pensar que o milhão e quinhentos mil homens que passaram por África não existiram nunca e lhe estou contando uma espécie de romance de mau gosto impossível de acreditar [...] Tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colónias, nem fascismo, nem Salazar, nem Tarrafal, nem PIDE, nem revolução, jamais houve<sup>6</sup>.

Ou o poeta Fernando Assis Pacheco, numa comovente evocação clássica do mundo pastoril em que ele «não tinha visto» e «era inocente», por oposição ao mundo do pós-guerra:

*Ribeiras limpas acudi-me.  
Vou ficar vivo encostado  
a esta memória de trampa.  
Os meus olhos já foram brilhantes.  
Sei fazer versos mas nem sempre.  
Eu narrador me confesso.  
A guerra lixou tudo<sup>7</sup>.*

Ou ainda como nos diz uma personagem do romance de Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios*, falando metaforicamente da guerra:

Se ninguém fotografou nem escreveu, o que aconteceu durante a noite acabou com a madrugada – não chegou a existir<sup>8</sup>.

Estas reflexões levam-me à questão colocada em termos colectivos por Jo Labanyi, na esteira de Derrida, da impossibilidade ficar de luto pelos fantasmas da História, pela impossibilidade de narrar a História<sup>9</sup>, o que, de alguma forma, explicaria, por um lado, o silêncio colectivo e, por outro lado, o carácter essencialmente testemunhal característico da produção artística à volta deste acontecimento, como a tentativa inacabada, e por isso intensamente reescrita, daqueles que são «assombrados pelas memórias da guerra»<sup>10</sup>. O silêncio sobre a guerra seria assim uma forma equivalente ao discurso

(6) António Lobo Antunes, *Os Cus de Judas*, Lisboa: Dom Quixote, 1991, pp. 81 e 240.

(7) Fernando Assis Pacheco, *A Musa Irregular*, Porto: Asa, 1996, p. 50.

(8) Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1988, p. 21.

(9) Jo Labanyi, «O Reconhecimento dos Fantasmas do Passado: História, Ética e Representação», in Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (orgs.), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto: Campo das Letras, 2003, pp. 59-68.

(10) Paulo Medeiros, «Hauntings – Memory, Fiction and the Portuguese Colonial Wars», in T. G. Ashplant;

sobre a guerra, ou seja, uma forma de resposta ao trauma num sentido individual e colectivo. De um lado teríamos a catarse e testemunho, do outro lado do espectro podemos ter denegação ou silêncio sobre o mesmo acontecimento. O que estas duas posições – catarse ou silêncio – enviesadamente afirmam é a incomunicabilidade da experiência traumática da guerra, levando os autores, como aliás mostrou Roberto Vecchi em relação aos escritores da Guerra Colonial portuguesa<sup>11</sup>, à escrita e reescrita de livros sobre a guerra, não só por uma questão pessoal de pesquisa das palavras justas para ficcionalizar/exorcizar essa experiência autobiográfica traumática para sempre inacabada, mas também por uma questão social, política e literária de afirmação contra o silêncio colectivo inerente à funcionalidade pública do testemunho.

Este foi o percurso traçado pelos poetas e escritores da Guerra Colonial portuguesa, e foi neste grupo de escritores que consagraram uma ou mais obras a essa questão que encontrei as «personagens» deste livro que agora apresento. Refiro-me às ficções escritas por mulheres que acompanharam os seus maridos na Guerra Colonial, *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, e *Percursos*, de Wanda Ramos, que estudei na minha tese de doutoramento de que resultou o livro *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo* (Porto: Edições Afrontamento, 2004). No estudo destas ficções verifiquei a situação pouco comum nas guerras coloniais europeias do século XX, protagonizada por algumas mulheres portuguesas – as mulheres que acompanharam os seus maridos em missão na Guerra Colonial. Mulheres que estão em toda a parte da nossa sociedade – foram minhas professoras, são mães de amigos –, mas que na memória pública da Guerra Colonial apenas tinham um rosto ficcional. Na verdade, de um ponto de vista documental histórico-sociológico não há estudos sobre os seus movimentos ou registo das suas vivências e pensando que, como diz José Saramago em *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, «se a lei não tivesse feito calar as mulheres para todo o sempre, talvez elas, porque inventaram aquele primeiro pecado de que todos os mais nasceram, soubessem dizer-nos o que nos falta saber», acreditei que um estudo desta situação e um registo de depoimentos nos ajudaria a perceber melhor os últimos dias do Portugal colonial, da guerra que os marcou e das sociedades que daí surgiram.

Este livro aborda portanto o tema das mulheres portuguesas e a Guerra Colonial, tendo como espaço de estudo apenas as que acompanharam os seus maridos na Guerra Colonial, nas suas três frentes, ficando assim de fora todo o amplo corpo de mulheres – mães, mulheres, irmãs, noivas – que ficaram em Portugal compondo a *home front* de todas as guerras. Nasceu do meu espanto sobre o registo apenas ficcional do rosto

G. Dawson; M. Roper (orgs.), *The Politics of War Memory and Commemoration*, Londres/Nova Iorque: Routledge, 2000, pp. 201-221.

(11) Roberto Vecchi, «Experiência e Representação: Dois Paradigmas para um Cânone Literário da Guerra Colonial», in Rui Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra Colonial – Realidade e Ficção*, Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 398.

destas mulheres, do estímulo intelectual de Helder Macedo que me acompanhou nesta constatação-interrogação, do desafio teórico lançado por António Sousa Ribeiro e Roberto Vecchi sobre o valor do testemunho, do trabalho desenvolvido por Rogério Bonifácio e dos conselhos metodológicos e de apresentação que me deu. A eles devo o desafio inicial, por acaso quatro homens, mas não me parece que isso seja importante. Este livro nasceu também, e foi tomando corpo, a partir das conversas e interrogações de Laura Cavalcante Padilha sobre o papel e o olhar destas mulheres, dos trabalhos de Manuela Cruzeiro que generosamente partilhou comigo os seus imensos conhecimentos sobre esta geração e sobre a arte da entrevista, do meu privilegiado contacto com Tatiana Moura<sup>12</sup>, cujos incisivos trabalhos me chamaram a atenção para a importância do valor político da performance feminina aparentemente privada, e das conversas com a minha mãe sobre a sua geração. Por acaso quatro mulheres, mas também não me parece que isso seja importante. O resto, que é a substância deste livro, devo-o a todas as mulheres que entrevistei e que generosamente me receberam quando um dia lhes bati à porta e lhes disse: «Sei que estive em África. Quer contar?».

O espanto sobre o que havia a contar foi mútuo. Delas, porque nunca o tinham feito de forma sistemática perante um estranho, confessando por vezes: «Até estou assustada com o que estou a contar, porque, neste registo de auto-análise, estou a falar de coisas que nunca tive a oportunidade de dizer», ou noutro caso: «Estou admirada como as coisas agora me vêm à memória e lhes procuro dar um sentido que nunca tiveram». Meu, porque as narrativas surgiam escorreitas, como se tivessem sido ditas e reditas muitas vezes no interior de um eu que as ensaiava em silêncio, e pelo muito que me revelaram sobre a variedade de perspectivas das mulheres sobre a guerra e o mundo colonial que conheceram, sobre as suas «guerras» contra a solidão, a angústia e a dúvida, mas sobretudo sobre a coragem e o amor que as moveu. Assim uma das questões que inicialmente me impulsionou para esta investigação – «por que razão os homens portugueses levaram as suas mulheres para a guerra?», rapidamente se transformou em «por que razão as mulheres portuguesas foram para a guerra com os seus maridos?», havendo na diferença semântica veiculada pela acção transmitida pelos verbos *ser levado* ou *ir* a diferença do sujeito activo que protagoniza a partida. A certeza de estar perante sujeitos históricos femininos de uma guerra normalmente confessada no masculino levou-me à necessidade de procurar a densidade histórica do rosto destas mulheres que partiram, num país cuja literatura desde o início regista a partida do homem e a amargura da mulher que fica à espera de «novas do seu amigo». A revisitação de *Os Lusíadas*, como o texto paradigmático inicial da aventura imperial portuguesa que com a Guerra Colonial termina, impunha-se para começar a cartogra-

(12) Tatiana Moura, *Entre Esparta e Atenas. Mulheres, Paz e Conflitos Armados*, Coimbra: Quarteto, 2005, e *Rostos Invisíveis da Violência Armada: Um Estudo de Caso sobre o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

far o rosto das mulheres que partiram e a interrogar-me sobre os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres e aos homens numa sociedade europeia ocidental em guerra nos espaços africanos colonizados de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

## II.

Na epopeia camoniana, os versos que precedem a fala do Velho do Restelo contra a «glória de mandar e a vã cobiça» falam das «mães, das esposas e das irmãs», cujas lágrimas banhavam a areia branca da praia de embarque. Introduzindo, pela via feminina, o tom de disforia na epopeia narrada no poema, ao expor os lamentos e as dúvidas expressas pelas esposas e pela universal figura da *mater dolorosa*, Camões, ao mesmo tempo que sensibiliza o seu leitor para o sofrimento envolvido na gesta dos Descobrimentos, enaltece-os não somente enquanto aventura masculina de partida, mas também enquanto aventura feminina das mulheres que ficavam e que, pela via do amor, questionavam a partida dos futuros heróis do mar.

*As mulheres cum choro piadoso,  
Os homens com suspiros que arrancavam.  
Mães, Esposas, Irmãs, que o temeroso  
Amor mais desconfia, acrescentavam  
A desesperação e frio medo  
De já nos não tomar a ver tão cedo.  
[...]  
Porque is aventurar ao mar iroso  
Essa vida que é minha e não vossa?  
Como, por um caminho duvidoso,  
Vos esquece a afeição tão doce nossa?  
Nosso amor, nosso vão contentamento,  
Quereis que com as velas leve o vento?  
[...]  
Nós outros, sem a vista alevantarmos  
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,  
Por nos não magoarmos, ou mudarmos  
Do propósito firme começado,  
Determinei de assi nos embarcarmos,  
Sem o despedimento costumado,  
Que, posto que é de amor usança boa  
A quem se aparta, ou fica, mais magoa<sup>13</sup>.*

(13) Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Lisboa: Instituto Camões, 1992, Canto IV, 91 e 93, pp. 117-118.

Ao colocar este questionamento feminino sobre a gesta marítima no domínio privado das relações familiares e do amor, e não no domínio público e político, como acontece com o questionamento elaborado pelo Velho do Restelo, Camões definia os papéis a desempenhar por cada sexo na construção da nação a vir: os homens empreenderiam a viagem que os levaria às futuras terras do império, as mulheres ficariam em casa, aguardando, apoiando e assegurando a vida familiar. Viajar, construir, guerrear e governar, contra ficar, assistir, acompanhar, amar – seriam estes os papéis dos dois sexos na construção da nação e do império. E o império se cumpriu pela via masculina, invisibilizando as mulheres. Teríamos de esperar cinco séculos para que estudos, ficções, filmes e série televisivas começassem a revelar *o rosto feminino da expansão*, pois sabemos que desde cedo elas viajaram nas carreiras marítimas. Charles Boxer, no seu pioneiro estudo sobre as mulheres na expansão ibérica, revela-nos a sua insidiosa presença nas naus rumo ao Oriente<sup>14</sup>. Também em muitas crónicas de batalhas, nomeadamente as que narram as conquistas das praças marroquinas e as que relatam o desastre de Alcácer Quibir, é referida a presença de mulheres e até crianças destinadas a colonizar em família as terras que a vitória traria e que, neste caso, perante a fatídica derrota, terminaram por padecer em cativeiro<sup>15</sup>. O estudo de Timothy Coates, *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, acrescenta mais alguns dados importantes ao conjugar dois elementos periféricos, mas na realidade fundamentais no desenvolvimento dos impérios: degredados e órfãs<sup>16</sup>. Filhas da baixa nobreza e normalmente residentes em instituições estatais e religiosas, estas mulheres eram posteriormente enviadas para as terras da Índia ou do Brasil para se casarem com homens nascidos em Portugal. A Coroa atribuía-lhes um dote que podia ser dinheiro, terras ou cargos burocráticos e, através da esperada descendência resultante desses casamentos, garantia uma presença a

(14) Charles Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975. Cfr. ensaios publicados nas actas do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: actas I e II, Cadernos Condição Feminina*, 43, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995, e a revista *Oceanos*, «Mulheres no Mar Salgado», 21, Janeiro/Março, 1995.

(15) Cfr. «Era triste ver duzentas crianças de peito; e mais de oitocentos, entre mulheres, rapazes e raparigas, que tinham vindo na companhia dos maridos e pais, com a ideia de se fixarem na terra, trazendo abundância de correntes e cordas para atar prisioneiros mouros, quando serviram para os próprios cristãos, dos quais ficaram sete mil cativos, sem contar as duzentas crianças de peito e as oitocentas mulheres e seus filhos». «A Jornada de África», de um autor marsalhês, in Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, Lisboa: Guimarães Editores, 1994, p. 329. Ver também Isabel Drumond Braga, «Mulheres Cativas e Mulheres de Cativos em Marrocos no Século XVII», *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas I*, pp. 439-448.

(16) Timothy Coates, *Degredados e Órfãs: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*, Lisboa: CNCDP/INCM, 1998. Sobre as mulheres no império português ver, ainda deste autor: «The Convent of Santa Mónica of Goa and Single Women in the Estado da Índia, 1550-1700», *Faces de Eva: Revista de Estudos Sobre a Mulher*, vol. 8, 2002, pp. 67-82; «Female Colonization in Portuguese Asia», *Santa Barbara Portuguese Studies II*, 1995, pp. 40-56.

longo prazo e, portanto, uma efectiva colonização gerada por elementos originalmente metropolitanos. Outro grupo, socialmente problemático mas também fundamental na colonização, foi o das prostitutas, que eram estimuladas a mudar de vida e a embarcar para Angola, para os «Rios de Sofala» ou para o Brasil. Apoiadas pelas instituições religiosas de caridade, que por sua vez se espalhavam por todo o império, estas mulheres – órfãs e prostitutas – foram as primeiras colonizadoras apoiadas pelo Estado e muito contribuíram para o sedimentar da colonização portuguesa. A par desta intervenção feminina civil no império, a que só muito recentemente foi atribuído valor histórico e portanto público, há aquela que foi protagonizada pelas mulheres missionárias, que, por sua vez constituíram a base de apoio dos percursos imperiais femininos acima mencionados, e que até ao final do império tiveram um relevante papel, não só na sua relação com os colonos mas também com as populações locais<sup>17</sup>.

Nas actas do congresso internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, realizado em Lisboa em 1994<sup>18</sup>, encontramos uma série de trabalhos que nos revelam o histórico rosto da mulher portuguesa que ficou, mas também o das mulheres que partiram, começando assim a preencher-se o silêncio assinalado por Elaine Sanceau em «Mulheres Portuguesas no Ultramar». Neste ensaio, a autora, referindo-se primeiramente às esquecidas histórias das mulheres portuguesas que habitavam na Índia portuguesa, acaba por alargar o seu discurso chamando a atenção para o esquecimento maior a que tinham sido votadas todas as «corajosas mulheres de Portugal, que acompanhavam os maridos para onde quer que eles fossem – para África, para o Norte, Este e Oeste, para o Brasil, para a Índia e para o Extremo Oriente»<sup>19</sup>. Muitos dos textos reunidos nas actas do referido congresso lançam um olhar atento às prováveis antecessoras remotas e recentes das mulheres que acompanharam os maridos na Guerra Colonial, referindo ora as mulheres que nos séculos XV e XVI nas praças

(17) Cf. Jorge Ribeiro, *Marcas da Guerra Colonial*, Porto: Campo das Letras, 1999, os capítulos dedicados às mulheres.

(18) Cf. ensaios publicados nas actas do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas I e II, Cadernos Condição Feminina*, 43, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995.

(19) Elaine Sanceau, «Mulheres Portuguesas no Ultramar», Porto: Livraria Civilização, 1979, p. 175. Refira-se, no entanto, que para além da existência de algumas obras documentais, a literatura colonial escrita por mulheres narra frequentemente estes percursos. Sobre a literatura colonial feminina referente a África ver os estudos de Ana Paula Ferreira, «Malhas que o Império Tece: Literatura Colonialista e Mulheres no Estado Novo», in *Actas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (org. T. F. Earle), Coimbra/Oxford: Lidel, 1998, pp. 647-655, e «“Continentes Negros” com o Nome de Portugal: O “Feitiço” Colonialista de Maria Archer», *Discursos*, 13, Outubro, 1996, pp. 85-98. Sobre a importância do trabalho pioneiro da citada Elaine Sanceau na divulgação deste «rosto feminino da expansão», ver Luísa Alves, «A Mulher na Obra de Elaine Sanceau», *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas II*, pp. 223-233.

marroquinas lutavam na retaguarda com os seus maridos<sup>20</sup>, ora àquelas que seguiram os rumos da colonização africana<sup>21</sup>, aliás documentada por alguns textos publicados localmente ou nas séries metropolitanas<sup>22</sup>. Mas, na generalidade, e como fica patente na bibliografia elaborada por Maria Regina Tavares da Silva, *A Mulher – Bibliografia Anotada, 1598-1998*, este passo das mulheres parece ter ficado quase invisível, apontando numa direcção que me sugere que o rosto feminino da expansão/colonização aparece não apenas em documentos e registos, mas sobretudo na ficção e poesia, linha de que penso encontrar a continuidade epilógica na literatura sobre a Guerra Colonial escrita por mulheres.

Lídia Jorge, uma das escritoras portuguesas que registou ficcionalmente esta experiência feminina, em *A Costa dos Murmúrios*, refere numa entrevista que, quando chegou à Beira, em Moçambique, um militar fez a seguinte observação: «Só os Cartagineses levavam as mulheres para a guerra – e agora os Portugueses»<sup>23</sup>. Questões imediatas se colocam à provocadora afirmação do militar: por que razão esta situação de excepção das mulheres portuguesas? Será realmente verdadeira?

Trabalhos já hoje clássicos na área de estudos de mulheres, datados dos anos 70, lançaram a questão sobre as Grandes Guerras terem sido apenas um empreendimento masculino<sup>24</sup>. Olhando para as periferias destas guerras, encontraram as mulheres: em casa, na chamada *home front*, nas fábricas de munições, nas enfermarias dos hospitais militares, na resistência, nos serviços militares, bem como nos locais de prostituição ou vítimas de violações. E ainda na propaganda institucional, ora estimulando os homens a marchar, ora apontando-as como o símbolo a defender na frente de guerra. Mas encontraram-nas também e sobretudo no pós-guerra, em que o próprio discurso mili-

(20) Veja-se *ibid.*, *Actas I*, as comunicações de Bernard Rosenberger, Ana Maria S. A. Rodrigues e Maria de Fátima Moura Ferreira, Paulo Drumond Braga, Ana Roque.

(21) Veja-se *ibid.*, *Actas I*, as comunicações de Fernanda Angius e de Maria Isabel Vale Ferreira, *ibid.*, *Actas II*. Veja-se também os textos sobre a acção das mulheres missionárias: Estela Pinto Ribeiro Lamas, e de Maria Augusta Romero de Sousa, *ibid.*, *Actas II*.

(22) Cf., a título de exemplo, Maria Celeste Ferreira Cardoso, «A Mulher na Família do Colono», Sociedade de Geografia de Lisboa, *Semana das Colónias de 1945*, VI, pp. 5-12; Irene Gil, «A Mulher em Moçambique», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, Ano XXVI, n. 100, Setembro/Outubro, 1956, pp. 53-63; «Alguns Aspectos das nossas Relações com os Indígenas», Associação de Naturais de Moçambique, *Colecção Anambique*, n. 4, 1959; Gastão Sousa Dias, «A Mulher Portuguesa na Colonização de Angola», *Portugal Maior – Cadernos Coloniais de Propaganda e Informação*, n.º 10, Luanda: Casa da Metrópole, 1947.

(23) Inês Pedrosa, «Este É um Livro Sobre a Violência», *Ler*, 1, 1988, p. 10.

(24) Margaret Higonnet et al. (orgs.), *Behind the Lines – Gender and the Two World Wars*, New Haven/Londres: Yale UP, 1987, p. 3; Jean Bethke Elshain, *Women and War*, Chicago, Londres: The University of Chicago Press, 1995; Lois Ann Lorentzen, Jennifer Turpin, (org.), *The Women and War Reader*, Nova Iorque/Londres: New York University Press, 1998; Victoria de Grazia, *How Fascism Ruled Women – Italy 1922-1945*, Berkeley: University of California Press, 1992; Capdevila, Luc, Rouquet, François, Virgili, Fabrice, Voldman, Danièle, *Hommes et femmes dans la France en guerre (1914-1945)*, Paris: Payot, 2003.

tarista que alimenta a guerra, com a sua marca de masculinidade, protectora das «mulheres e crianças», é substituído por um discurso integrador que contempla a relação entre homem e mulher como a base da sociedade de paz que se quer construir.

Estudos recentes nesta mesma área têm vindo a lançar um olhar conjugado entre mulher e guerra, elaborando completos catálogos das diversas situações, analisando as transformações que a guerra traz às suas vidas e às famílias a elas ligadas e estudando situações bélicas específicas da Europa à África, da guerra civil americana à guerra na Jugoslávia ou no Darfur, Sudão. Em nenhum destes estudos se encontra referência à situação de ida de mulheres em acompanhamento dos maridos, o que me leva a pensar que, pelo menos devido à aparente singularidade da situação portuguesa, seria natural que nela falássemos, que a contabilizássemos e que a estudássemos. Mas, de uma forma ou de outra, antes ou depois do 25 de Abril de 1974, praticamente não se fala dessas mulheres que foram, como as cartaginesas já faziam de acordo com a afirmação do militar a Lídia Jorge, a acompanhar os seus maridos, geralmente militares de carreira ou oficiais milicianos. Quantas foram as mulheres portuguesas envolvidas nesta partida? Como foram afinal estas mulheres? Foram por elas ou foram levadas pelos seus maridos? Que razões as levaram a ir? Que papel tiveram?

Na sociedade portuguesa de então, as ocupações da mulher directamente relacionadas com a guerra ligavam-se a tarefas de apoio<sup>25</sup>, fosse através de instituições criadas para o efeito como secção feminina da Cruz Vermelha, presidida por Amélia Pitta e Cunha, ou o Movimento Nacional Feminino, liderado por Cecília Supico Pinto e criado na sequência do rebentamento da guerra em Angola, em 1961<sup>26</sup>. Mesmo a ida de mulheres para o espaço de guerra, como aconteceu com as enfermeiras pára-que-distas da Força Aérea<sup>27</sup>, na Guerra Colonial, ou com as enfermeiras que acompanharam o Corpo Expedicionário Português (CEP) na Primeira Guerra Mundial, obedecia a

(25) Desde a Primeira Guerra que as mulheres se organizavam em associações, cuja função era «assistir». «Assistir, educar e angariar fundos», mas também «assistir ao embarque dos soldados, assistir aos feridos, assistir as famílias dos mobilizados, assistir na medida do possível aos que ficavam dramaticamente presos nas fronteiras da Alemanha», como fizeram as mulheres portuguesas ligadas à «Cruzada da Mulher Portuguesa» e à «Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra», ambas surgidas na sequência da proclamação do estado de guerra em Março de 1916. Foi destas últimas a criação das «Madrinhas de Guerra», em Abril de 1917, que, quarenta e tal anos mais tarde, foram populares junto dos soldados na Guerra Colonial. Cf. Maria Teresa Viegas Pimenta, «As Mulheres Portuguesas na Guerra de 1914-18», *Cadernos da Condição Feminina*, 29, 1989, p. 81. Ver também Abdoolkarim Vakil, «At War With the Nation: Patriotism and the Gendered Discourse of Citizenship in WWI Portugal», *Ellipsis – Journal of the American Portuguese Studies Association*, 1, 1999, pp. 122-142.

(26) Sobre o Movimento Nacional Feminino, Sílvia Espírito Santo, *Adeus, Até ao Meu Regresso – O Movimento Nacional Feminino e a Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

(27) Sobre o assunto ver José Hermínio Estevão Alves, «A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas», *Nação e Defesa*, 2.ª série, 88, 1999, pp. 71-88; J. Diniz Ferreira, *A Mulher nos Céus de Portugal*, Lisboa: Edição do Autor, 1986. Ver também o depoimento de Ivone Reis, enfermeira pára-que-distista na Guerra Colonial, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Abril, 68, 2004, pp. 155-166.

essa lógica de apoio. Mas era uma situação de excepção. A manutenção do mito de que a guerra é tarefa de homens possibilitava uma certa estabilidade social, cara ao regime que promovia o conflito. O estímulo esperado das mulheres era portanto o de apoiar a guerra, consequentemente a ida dos homens, maridos ou filhos, para África, e cuidar do seu bem-estar lá. No entanto, em Portugal não assistimos a campanhas maciças de propaganda, mas nas publicações do Movimento Nacional Feminino, *Presença* e *Guerrilha*<sup>28</sup>, eram feitos apelos às mães portuguesas para que sacrificassem os seus filhos pela Nação; nos jornais da época, nacionais e principalmente regionais, eram aplaudidas as mulheres que tinham muitos filhos e que os «davam» para a defesa do Ultramar português e eram publicadas cartas de mães que reproduziam o discurso patriótico do regime, estimulando os seus filhos a essa luta, atitudes que, aliás, relembram a propaganda de guerra tradicional que liga maternidade, nacionalismo e militarismo. Esta ideia está na base do discurso pouco sofisticado de Maria Nazareth de Magalhães Mexia Alves, Presidente da Comissão Distrital de Leiria do Movimento Nacional Feminino, proferido no I Congresso do Movimento, que decorreu em Junho/ Julho de 1966. Nele, o apelo às mulheres portuguesas é inequívoco, ao integrá-las na luta em África definindo duas frentes: uma liderada pelas mulheres que ficavam, as mães e esposas que «daqui de longe» os deveriam apoiar, dando-lhes tranquilidade em relação à sua fidelidade e à gestão dos seus lares, e por todas as outras mulheres que, como madrinhas de guerra, lhes deveriam escrever com frequência «cartas bem dispostas, alegres, sérias e sensatas» com a consciência da sua missão e não «levianamente», procurando o «caminho mais curto e certo para um pequeno ou grande namoro»; uma segunda frente seria protagonizada pelas mulheres que poderiam ir para África se em si encontrassem «as qualidades morais e físicas suficientes para que esse sacrifício resulte num verdadeiro apoio»<sup>29</sup>. Esta ideia aparece ainda reforçada nas revistas do Movimento, onde se proclamava a «missão muito certa» das mulheres-esposas que acompanhavam os maridos, vivendo «dois anos em África» com a missão de «valorizar a mulher negra»<sup>30</sup>.

Cabe então perguntar: seria esta ida das mulheres para África, em acompanhamento dos seus maridos na guerra, parte de uma política traçada nos termos tradicionais, corporativos e ideológicos do regime ao combinar a missão familiar (acompanhar o marido, na retórica da política de família do Estado Novo) com a missão

(28) *Presença*, *Revista do Movimento Nacional Feminino*, publicação mensal dirigida por Luíza Manoel de Vilhena, e *Guerrilha*, revista mensal, dirigida por Cecília Supico Pinto e tendo como chefe de redacção, primeiro, Martinho Simões e, depois, Mário Matos Lemos.

(29) Maria de Nazareth de Magalhães Mexia Alves, «Função das mulheres na luta que se está a travar em África», I Congresso do Movimento Nacional Feminino, 30 de Junho/1 e 2 de Julho, 1966, pp. 6-7.

(30) Irene Flusner Pimentel, «Movimento Nacional Feminino», in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 639.

civilizadora («valorizar a mulher negra»)? Qual seria de facto o papel destas mulheres? Pensar-se-ia em colonizar com pessoas que, por definição, estavam numa situação transitória, como são as comissões de serviço em tempo de guerra? O que é que elas fizeram lá? Que marcas deixaram nas sociedades em que participaram? E que marcas trouxeram?

Relembre-se que, ao mesmo tempo que decorria a Guerra Colonial, o regime estimulava a ida de famílias para colonizar as terras africanas, oferecendo passagens, concedendo empréstimos para explorações agrícolas através das Juntas Provinciais de Povoamento e outras facilidades.

Nos jornais da época e na revista *Permanência* – publicada pela Agência Geral do Ultramar, dedicada ao Portugal além-mar e cujo nome não nos deixa dúvidas sobre as intenções da publicação – é dada notícia deste movimento, estimulado pelo regime através de uma legislação que apontava o Ultramar como o destino de emigração dos portugueses europeus, assim tentando contrariar o fluxo migratório para a Europa, que ia minando a opção ultramarina. Por seu turno, nas revistas do Movimento Nacional Feminino, são vários os textos que defendem, na linha do regime, a presença portuguesa em África, fazendo um apelo a um acompanhamento da acção militar por uma política rápida e sólida de colonização<sup>31</sup>. E nesta altura não se estava seguramente a falar de uma colonização masculina, mas antes de famílias de portugueses europeus pois, como dizia Maria Archer, referindo-se à falha da colonização portuguesa em África, «uma civilização só se fixa e define através da mulher»<sup>32</sup>. Ora, se na ordem estado-novista «a família é a fonte de conservação e desenvolvimento da raça» e o «fundamento de toda a ordem política»<sup>33</sup> e se se ia para a guerra defender a ordem política da nação, ou seja, evitar a fragmentação do corpo/família nacional de que a guerra movida pelos africanos era expressão e desejo, então era natural que se fosse para a guerra em família, a célula unida de controlo moral e político<sup>34</sup>, contra os «inimigos do exterior», capaz de regenerar o conjunto do corpo nacional. Que melhor maneira poderia haver de proteger a ordem então vigente?

No entanto, a análise dos testemunhos que recolhi no âmbito deste trabalho não me leva a essa conclusão, mostrando-me antes como esta geração de mulheres ia pondo em causa o apertado ideário salazarista da família em que tinham sido educadas. Por outro lado, o estudo da legislação da época relativa aos apoios por parte do

(31) Cf., por exemplo, Pedro Cabrita, «Razão de uma Luta», *Presença – Revista do Movimento Nacional Feminino*, 3, 5, 1964, p. 6.

(32) Maria Archer, *Brasil: Fronteira da África*. São Paulo: Editora Felman-Rego, 1963, p. 166.

(33) Anne Cova e António Costa Pinto, «O Salazarismo e as Mulheres – uma Abordagem Comparativa», *Penélope*, 17, 1997, p. 73.

(34) Sobre o valor terapêutico da família na ordem salazarista, ver Moisés de Lemos Martins, «Uma Solidão Necessária à Ordem Salazarista: a Família como Terapêutica Nacional», *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, Porto: Edições Afrontamento, Abril, 1986, pp. 77-83.

Estado à deslocação e manutenção de militares também não me leva a concluir que houvesse uma política previamente pensada. Havia, sim, algumas facilidades e um estímulo de difícil interpretação que me leva a pensar que, sobretudo no final da década de 60, foi entendido pelas autoridades que a deslocação de famílias de militares devia ser parte do esforço de guerra, o que acabou por se traduzir numa política de apoios que, no fundo, era consequência da longevidade da guerra. Assim, a lei de transportes que vigorava à data do início da guerra em Angola datava de 1931, referindo-se, portanto, a um tempo de paz. Seguiram-se vários despachos que adaptavam esta lei às condições de guerra, estabelecendo as normas para a execução de transportes, e logo em 1962 é referido o transporte de famílias de militares. Mais tarde, em 1964, normalizava-se o transporte das famílias indicando os requerimentos a fazer pelos militares para obter estas viagens, a hierarquização de competências e responsabilidades relativamente ao transporte, as condições impostas e o processamento de embarque, tornando assim mais assumido o exercício deste direito por parte dos militares. No entanto, só em 1969, quando eram já visíveis os sinais de cansaço da guerra e se tornava necessário aliciar os militares em permanentes comissões de serviço em África, é que, através do Decreto-lei 49107, de 7 de Julho de 1969 (artigo 21), se estabelecem as várias situações das famílias de militares relativamente a direitos e deveres. De acordo com o documento, todo o pessoal nomeado por oferecimento ou por escolha, além dos direitos em vigor, tinha também direito a: transporte da família por conta do Estado para a «província ultramarina» e de regresso para a nova colocação do militar; tratamento médico por conta do Estado; assistência médica e medicamentosa para as famílias durante o período da comissão; alojamento por conta do Estado na localidade da guarnição ou subsídio de renda de casa. Aqueles que tivessem sido nomeados por imposição poderiam gozar dos mesmos direitos, caso já tivessem efectuado uma comissão de serviço, por imposição ou por escolha, posterior a Janeiro de 1961. Em 19 de Agosto de 1969, nas normas executoras do referido decreto-lei, eram definidas algumas directivas importantes, nomeadamente a exigência de que a família do militar a viajar por conta do Estado permanecesse em território ultramarino por um tempo mínimo de doze meses, salvo casos especiais. Consultando o arquivo do Depósito Geral de Adidos, a instituição militar que tratava da logística de todo o tipo de viagens entre Portugal e os vários territórios ultramarinos, encontrei inúmeros processos de militares solicitando viagens por conta do Estado para as suas famílias, listas de famílias a embarcar e que embarcaram, correspondência entre o serviço do Depósito Geral de Adidos e as famílias dos militares.

Observando as listas de famílias a embarcar, verifiquei que eram poucas as mulheres que viajavam sozinhas. A grande maioria viajava com filhos pequenos: são vários os casos de crianças de meses e raros os que ultrapassam os dez anos, indicando-nos assim que se tratava de jovens casais. As origens geográficas destas famílias cobrem todo o território português continental e as regiões autónomas dos Açores e da

Madeira. As origens sociais, que inferimos pelo posto do militar, são também as mais diversas, o que determinava uma hierarquização relativamente ao meio para viajar. Assim, por exemplo, as mulheres de oficiais viajavam de barco em 1.ª classe ou de avião na chamada «posição excedentária», sobretudo a partir de 1967, altura em que a Força Aérea começou a assegurar grande parte dos transportes, enquanto que, por exemplo, as mulheres de sargentos viajavam de barco, em 2.ª classe e, no caso de quererem viajar de avião, tinham de pagar a diferença. Os destinos destas famílias eram os esperados: Bissau, na Guiné; Luanda, Carmona, Luso, Sanza Pombo, entre outros, em Angola; Lourenço Marques, Beira, Quelimane, Macimboa da Praia, Nampula, em Moçambique. A maioria das mulheres e famílias ficava nas cidades, mas também houve muitas que viveram no mato, em casas próprias em pequenas povoações adstritas aos quartéis ou na própria área dos quartéis, dependendo da autorização dos comandantes. Quanto às condições de instalação, as situações são extremamente diversas e resultam mais de adaptações ao que já existia e outros ajustes e conveniências do que de um planeamento previamente delineado, sendo que a messe era, normalmente e pelo menos, o lugar de chegada e um espaço importante de apoio e de convívio.

Um outro aspecto importante destas listas é a indicação de um elevado número de desistências ou a de «viajou por conta própria», tornando assim impossível seguir as famílias até aos seus destinos, levando-me a repetir com Charles Boxer, falando das mulheres portuguesas em rota para a Índia no início da expansão, que falar de números é impossível. Os motivos das desistências, explicados na correspondência enviada pelas senhoras ao comandante da Direcção-Geral de Adidos, prendem-se com vários aspectos de natureza doméstica ou profissional, entre os quais: à data da viagem o militar encontrava-se numa zona onde já não era possível estar com a família; a família ter sido avisada da data de embarque muito em cima da hora, sem possibilidade sequer de cumprir o prazo de dez dias para tomar as vacinas necessárias antes do embarque; o ano escolar tinha-se iniciado e os filhos estavam a estudar, não sendo portanto conveniente a sua deslocação; nascimento de um bebé, as doenças das crianças, etc. De acordo com a legislação, a família deveria ser avisada pelo menos com trinta dias de antecedência, mas isso raramente acontecia, como podemos inferir da correspondência. Também na correspondência que solicita informações sobre a viagem são frequentemente evocados motivos domésticos ou ligados à educação dos filhos para solicitar as viagens em determinados períodos. Mas encontramos também muitas senhoras que tinham profissões, nomeadamente professoras do ensino primário ou secundário, que solicitavam uma ida antes do início do período escolar no Ultramar, deixando-nos assim antever que iam trabalhar. Outras, normalmente mulheres de patentes militares mais elevadas, solicitavam a viagem para uma serviçal, como então se dizia, para as auxiliarem na educação dos filhos, numa terra «de hábitos tão diferentes». Mas é também nos casos de patentes mais elevadas que há mais desistências. As mulheres que normalmente não desistiam eram mulheres de

cabos, furriéis, sargentos e até de soldados, estas raras, muito raras. Apesar de esta legislação se destinar, em princípio, a militares do quadro, há também indicação de que seguiram viagem por conta do Estado algumas (muito poucas no geral) mulheres ou famílias de oficiais milicianos. Falando com pilotos da Força Aérea Portuguesa de então, hoje já na reforma, eles recordam a aventura do transporte dessas famílias nos aviões, cheios de tropas, correio e carga e certamente desconfortáveis para quem viajava com crianças ao longo de tantas horas, com diversas escalas e por rotas nem sempre directas, pois a Força Aérea Portuguesa estava impedida de sobrevoar grande parte da África subsariana.

Outros militares, quando confrontados com a questão da importância da presença das suas mulheres durante a guerra, reconhecem-lhes um papel fundamental na manutenção de uma certa aura de normalidade familiar num teatro de guerra. Alguns reconhecem-lhes também um importante papel no exterior da casa portuguesa que elas transpuseram para África, nomeadamente na acção social e no ensino. Muitas das mulheres que viveram em África apenas acompanharam os seus maridos, e «as suas guerras» foram os partos, a amamentação, os filhos, mas muitas trabalharam no apoio das populações, normalmente ligadas a missões religiosas, prestaram cuidados médicos e de enfermagem, foram professoras em vários níveis de ensino, fizeram trabalho de secretariado nos serviços das próprias Forças Armadas ou em empresas, foram quadros de empresas, foram costureiras ou empregadas de comércio. O registo destes passos consta dos registos biográficos profissionais de cada uma, e no Arquivo do Ministério da Educação pude verificar que a sua contribuição foi fundamental para um considerável incremento da educação, com a criação de muitas escolas primárias, liceus, institutos. Ao longo dos anos 60, e sobretudo comparando com a década anterior, é significativa a numerosa legislação conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Ultramar, que visava, por um lado, dotar as colónias portuguesas de mais estabelecimentos nos vários níveis de ensino, e, por outro lado, uniformizar o mais possível todas as situações com a então metrópole. Assim, e à semelhança do que acontecia noutros sectores da vida nacional, desde as Finanças à Saúde, ao nacional-cançonetismo, ao futebol, à tourada, a Fátima ou às misses de Portugal, a palavra de ordem parecia ser «integração» e uniformização. E as mulheres? Deveriam elas completar esta «moldura»?

Para muitas mulheres portuguesas a vivência em África foi o momento de início de vida conjugal fora das peias familiares tradicionais, de início de vida profissional fora do quadro esperado à saída dos liceus, das escolas técnicas ou da universidade e, nesse sentido, foi em termos individuais um momento emancipador. De um ponto de vista político, para muitas destas mulheres, aliás à semelhança dos homens, a vivência de África foi também o encontro com a realidade do que era o império, fora das imagens dos calendários das missões ou dos mapas escolares, foi a percepção sobre o que significava «um grande território para um pequenino país colonizador» e foi muitas vezes o desvendar do «logro enorme» que sobre tudo isto se tecia e que

levaria à inevitável e irreversível ruptura<sup>35</sup>. Por isso, quando solicito às minhas entrevistadas uma síntese de palavras para definir este tempo, os pares «felicidade e angústia», «liberdade e medo», «aventura e ansiedade» sucedem-se, mas também, e unicamente, «asfixia» ou «esmagamento», atestando na violência intrínseca às palavras escolhidas a crise de identidade pessoal, familiar e nacional que terão experienciado. Quase todas recordam este tempo com a doçura com que todos nós recordamos a juventude, a paixão pelo marido, os primeiros anos de casamento, os filhos pequenos, mas também os voos dos helicópteros e aviões que traziam os feridos, os boatos que alimentavam a guerra, os casamentos apressados e os desencontros.

Os testemunhos que delas podemos recolher levam-nos a pensar sobre quanto a guerra terá alterado as relações entre os dois sexos, no domínio público, ao deixar as mulheres entrar para o mercado de trabalho com uma segurança nunca antes conhecida e, no domínio privado, ao quebrar tabus e transformar as relações entre namorados em relações entre marido e mulher. As mulheres que entrevistei, quando questionadas sobre as suas motivações para ir para África em plena Guerra Colonial, frequentemente repetem a minha pergunta na primeira pessoa – por que é que fui, por que é que fomos nós, mulheres? – acabando por responder: as motivações para a ida são assumidamente privadas e nobres – por amor –, mas muitas hoje apontam a habilidade política do regime em ter mantido estas opções como privadas e pessoais nunca as deixando transbordar para o domínio público e colectivo. Desta forma, e de acordo com a opinião de algumas das minhas entrevistadas (é importante sublinhar que não se trata de um julgamento colectivo), o regime comprometeu as mulheres com a guerra e, sem se comprometer e sem grande esforço, proporcionou uma situação de luta em duas frentes, mas também alguma normalidade. Como me dizem, «nós acolhíamos, humanizávamos, simplificávamos a vida e vivíamos a guerra com eles».

Saindo da esfera da vida privada, muitas mulheres reconhecem o incremento que a sua presença deu ao ensino local, atribuindo assim a esta experiência uma relevância pública, mas também privada, na medida em que este contacto lhes proporcionou uma outra visão sobre as várias populações locais que na escola se juntavam, sobre a vida que aí se vivia, sobre as tensões que aí se geravam. Colocadas na margem do universo da guerra, vivendo muitas vezes situações de grande isolamento, elas registaram esta experiência, ouviram, observaram, traçaram relações com o poder e foram revelando um olhar-outro, elaborando uma razão-outra, sobre as razões do conflito bélico que me pareceu interessante conhecer e registar.

A presença de mulheres em África acompanhando os seus maridos em missão na Guerra Colonial de 1961 a 1974 proporcionou uma maior estabilidade aos portu-  
gue-

(35) Citações retiradas da entrevista de Inês Pedrosa a Lídia Jorge, «Este É um Livro sobre a Violência», *Ler*, 1, 1988, p. 10.

ses europeus deslocados na guerra, que assim partilhavam com as famílias o dia-a-dia, transformavam uma ausência de dois anos em saídas ou operações de um/dois meses, e deu a uma classe média jovem a vivência de África, não só como um lugar distante onde se ia para a guerra, mas também como um lugar onde se vivia em família, nasciam filhos, se formavam crianças portuguesas, se convivia com os amigos, se comemoravam os dias nacionais e onde brotavam oportunidades de trabalho que não havia na metrópole, pois a guerra acelera as economias, animando assim as pessoas a ir ficando ou, por outras palavras, a ir colonizando/emigrando/fazendo a guerra, como gesto inconfessado enquanto tal. De alguma forma, as mulheres ao «completarem» a moldura como lhes era requerido terão contribuído para a manutenção de uma certa estabilidade, não só porque com a sua ida mantiveram a célula familiar junta – o que nem sempre significou unida –, como também pela contribuição social que prestaram. Acredito que muitas das mulheres que foram para África, acompanhando os maridos na guerra, colaboraram, voluntária ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente, para a produção do disfarce da guerra sob uma imagem de normalidade que o regime queria projectar. No entanto, e como é bem visível nos depoimentos que pude obter destas mulheres e na literatura que ficcionalmente as refere<sup>36</sup>, havia outras mulheres portuguesas que parecia não encaixarem na moldura requerida e esperada<sup>37</sup>, produzindo assim outros retratos. Elas acompanhavam mas questionavam, elas viam, interrogavam e julgavam, acabando por se revelar essenciais na execução da pressão justa para a mudança.

No pós-guerra, foi mais uma vez sobre as mulheres que caiu a expectativa do regresso a uma certa normalidade. Mas o pós-guerra da nossa Guerra Colonial não criou a Ilha dos Amores que Camões poeticamente tinha previsto para regenerar os homens da violência que todas as guerras importam. Muitos casais separaram-se no rescaldo da guerra, mas muitos mantiveram-se unidos, cúmplices desse tempo africano nem sempre fácil de contar aos filhos, outros foram lidando com situações complicadas, dramas psicológicos e desajustamentos que transformaram para sempre as relações familiares, ao transferir-se a violência da guerra para o espaço doméstico.

(36) Em *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, Evita e Helena de Tróia dominam o cenário que tem na retaguarda outras mulheres, cujas identidades ora se definem em conjunto – as «mulheres do Stella» (p. 119) as «raparigas de cabelo passado a ferro» (p. 116), «uma moldura de mulheres que habitam o Stella» (p. 232) – ora em relação ao marido, incorporando o seu nome ou a sua categoria militar – a mulher do Ladeira, do Zurique, do Góis, do major, «uma mulher de alferes» (p. 21). Todas estas mulheres, descritas de forma pouco elogiosa e irónica pela narradora, viviam no *Stella Maris*, mais preocupadas com as promoções e oportunidades de ascensão social e de riqueza que a guerra trazia do que com os perigos que os maridos corriam. «As mulheres do terraço [...] ouvindo o piloto [...] sabiam que estavam em fila, esperando que os seus homens desempenhassem um papel histórico» (p. 114), diz-se em *A Costa dos Murmúrios*.

(37) Veja-se as protagonistas de *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, e de *Percursos – do Luachimo ao Luena*, de Wanda Ramos.

Muitos casais revisitam esse espaço africano da memória na intimidade do lar ou em conjunto, através de almoços, confraternizações, viagens em grupo aos locais da guerra, dinâmicas e participadas *webpage* de ex-combatentes ou de grupos de ex-combatentes e outras formas de associação entre aqueles que partilharam a vivência histórica da Guerra Colonial.

Antes do 25 de Abril, não se falava da guerra para que ela não existisse, como nos mostram os jornais em que as fotografias de embarques e desembarques desaparecem a partir de 1969. Em 1972, Marcello Caetano nas suas «Conversas em Família» dizia:

Guerra Colonial? As Províncias Ultramarinas estão em paz e ninguém neles contesta a sua integração na Nação Portuguesa. Percorre-se a Guiné, anda-se pela vastidão da terra angolana, desloca-se quem quer que seja de lés a lés de Moçambique e não encontra populações revoltadas. [...] A vida decorre, por toda a parte, tranquila e normal, num ambiente de trabalho e de entendimento exemplares<sup>38</sup>.

Depois do 25 de Abril, gritou-se «Nem mais um soldado para as colónias!» e rapidamente se deixou de falar da guerra. No entanto, a sua ocultação no pós-25 de Abril não era um artifício de vontade autoritária, mas antes uma incapacidade de avaliação das condições reais para lidar com tão dolorosa e explosiva herança, deixando o ex-combatente num ambíguo lugar entre a vítima e a imagem de um antigo poder que se queria esquecer. Desta forma convertia-se o ex-combatente numa espécie de «refugiado da história»<sup>39</sup> do império. Assim, à ocultação da guerra feita pelo antigo regime, projectando um retrato de nada estar a acontecer, seguia-se a ocultação da guerra como se fosse possível fazê-la desacontecer, como se tudo tivesse sido um engano, ou, como aliás veio a dizer o próprio «inimigo», Samora Machel, um equívoco, uma história de malentendidos<sup>40</sup>. Mas ela tinha de facto acontecido lá longe em África, e a guerra não estava só em África, como o antigo regime pretendia, e onde parece que o novo regime, saído do 25 de Abril, gostaria de a ter deixado, desejando assim que ela não tivesse acontecido; ela vinha a bordo dos navios que regressavam ao cais, como fica visível na literatura da Guerra Colonial, escrita sob a metáfora do regresso e onde um evidente excesso de memória pessoal questiona esta falha da memória colectiva.

O 25 de Abril não foi a libertação singularmente pacífica que todos rapidamente quiseram ler no encantamento da jovem democracia portuguesa. Como se diz no romance *Pedro e Paula*, de Helder Macedo, «um pingo de napalm para cada cravo ver-

(38) Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, Amadora: Bertrand, 1977, p. 108.

(39) Adapto aqui a expressão de Greil Marcus, *The Dustbin of History*, Londres: Picador, 1997, p. 17, usado pelo autor num contexto diferente.

(40) Sobre o silêncio sobre a Guerra Colonial antes e depois do 25 de Abril, ver Maria Manuela Cruzeiro, «As Mulheres e a Guerra Colonial: um Silêncio Demasiado Ruidoso», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Abril, 68, 2004, pp. 31-41.

melho? (...) Rumo ao futuro e a Europa connosco, porque agora somos todos brancos e os pretinhos que se lixem»<sup>41</sup>. O 25 de Abril estava, desde o seu primeiro movimento, manchado pelo sangue derramado lá longe em África, como mostravam os barcos que durante anos cumpriram estas rotas entre Portugal e uma África em Guerra de Libertação. Por isso, ele foi, antes de mais, o fim da Guerra Colonial, como me disse uma das minhas entrevistadas:

Independentemente de tudo o que se seguiu, o 25 de Abril foi o dia que eu esperava nas longas noites de África em que já não conseguia dormir; noites longas em que me questionava sobre o que é que estávamos ali a fazer, sobre como iríamos sobreviver a tudo aquilo que nos ia unindo e separando.

Ou como disse a mãe de um soldado, no rescaldo de toda a experiência de angústia e separação do seu filho:

O melhor que o 25 de Abril trouxe para mim foi o fim da Guerra Colonial. [...] Nunca percebi por que é que os nossos filhos tinham de ir combater em terras que para mim nada tinham a ver connosco. Logo depois do 25 de Abril, quando soube que os nossos filhos iam regressar, até chorei de alegria!<sup>42</sup>

Para quem ficou na praia de embarque, África também teve feminino, ainda que África fosse tão-só o local de onde ninguém queria falar, o lugar de onde chegavam cartas que falavam de mundos estranhos e para onde silenciosamente embarcavam homens que voltavam diferentes. As mulheres que os aguardavam no cais recebiam outros homens, que inevitavelmente as iriam transformar; as mulheres que com eles foram outras vieram também e assim se foram transformando as relações privadas e públicas no contexto da sociedade portuguesa. Por isso, ver a guerra como uma actividade exclusivamente masculina é contar apenas uma parte da história. E por isso também a passagem do testemunho da memória de geração em geração, que é essencial para a passagem da memória à história, tem de ser feita no masculino e no feminino, ambos sujeitos históricos desta história comum de memórias diferentes.

A variedade de razões que levou os portugueses para a guerra reflecte-se hoje nas várias memórias deste acontecimento na sociedade portuguesa e constitui um processo social, familiar e individual dinâmico e conflituoso, de expressão individual, familiar ou grupal. Ele activa-se e ganha visibilidade e expressão perante determinadas situações públicas específicas – comemorações, discussão ou publicação de legislação relevante, relações políticas com os antigos espaços coloniais, filmes, livros – e

vivências privadas de situações públicas – incêndios e situações de emergência, voos de helicópteros, partida de contingentes de tropas portuguesas para a Bósnia, Iraque, Timor-Leste e outras missões militares em que Portugal se encontra envolvido<sup>43</sup>. No ponto de convergência destas dinâmicas individuais e colectivas encontramos o testemunho, o espaço de legitimação dos sujeitos, para quem fala, e o local privilegiado para captar o dinamismo do conflito das memórias e a sua relação com o presente, para quem ouve. E mais uma vez, como no tempo de Camões, a visibilidade e a legitimidade de opinar é dada ao lado masculino; na invisibilidade ficam as mulheres, ou aparecem apenas para ilustrar ou explicar alguma disfunção privada do masculino (por exemplo, mulheres de ex-combatentes portadores de stress pós-traumático).

Os depoimentos femininos que a seguir se apresentam, na sua precaridade e no seu difícil e comprometido equilíbrio entre a gratificante experiência de dar o testemunho e a experiência potencialmente traumática da revisitação<sup>44</sup>, revelam outros olhares sobre a guerra, outras razões da guerra, outras vivências do pós-guerra e, naturalmente, outras memórias. Nas suas diferenças e no seu conjunto eles veiculam uma ética de reconhecimento e de responsabilidade solidária capaz de contribuir para gerar uma memória cultural colectiva da Guerra Colonial e não apenas uma memória cultural individual<sup>45</sup>, e uma ética de representação da Guerra Colonial num sentido individual e colectivo tem de facto de passar pelas vozes masculinas e femininas, para que seja participada e historicamente reconhecida como de todos e não apenas como de um grupo que, por acidente histórico, nela participou, como me disse Roberto Vecchi, comentando o meu trabalho.

(43) Luísa Sales, «Vítimas de Stress Traumático Pioram na Época de Incêndios», *Diário de Coimbra*, 7 Agosto, 2006, pp. 2-3.

(44) Adapto aqui a ideia de Luísa Sales, «Por Debaixo das Pústulas da Guerra», in Manuel Gama (org.), *A Guerra Colonial – 1961-1974*, Braga: Centro de Estudos Lusíadas/Universidade do Minho, 2006, pp. 73-80, e de Roberto Vecchi, «Experiência e Representação: Dois Paradigmas para um Cânone Literário da Guerra Colonial», in Rui Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção*, Lisboa: Editorial Notícias, 2001, pp. 396-397.

(45) António Sousa Ribeiro, «Os Limites da Tolerância: As Lições do Holocausto», *Revista História das Ideias*, 25, 2004, pp. 420-421.

(41) Helder Macedo, *Pedro e Paula*, Lisboa: Presença, 1998, p. 105.

(42) Maria de Jesus, dona de casa, in *Mulheres*, 12 Abril, 1979, p. 11.